

## CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Hoje em dia Class.: 2405Data: 16/11/91 Pg.: \_\_\_\_\_

## Collor anuncia demarcação de terra dos ianomamis

190  
Decisão foi forçada por pressões

BRASÍLIA - A pressão da comunidade internacional e a proximidade da ECO-92 levaram o presidente Fernando Collor a decidir pela demarcação dos 9,4 milhões de hectares da reserva ianomami, no território de Roraima e parte do Amazonas. Pesou também a chegada ao Brasil neste domingo do presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez. Em agosto deste ano, Pérez destinou 8,3 milhões de hectares aos ianomami e transformou a reserva indígena em patrimônio da humanidade.

A discussão dos problemas que frequentemente ocorrem na fronteira dos dois países será tema obrigatório na conversa dos dois presidentes. A demora do governo para resolver a questão poderia causar constrangimento durante a visita. A união das duas nações indígenas sempre foi o principal argumento contra a demarcação dos militares brasileiros por temerem a formação de um território independente.

A notícia de que o presidente Collor havia determinado o reestudo da proposta da Funai para a reserva ianomami repercutiu negativamente no exterior. Uma das mais antigas ONGs, a Survival International, propôs oficialmente às demais organizações ambientais o boicote sumário à ECO-92. A Anistia Internacional foi outra entidade que enviou telegramas de protestos ao governo brasileiro.

Para amenizar a reação da área militar, o ministro Passarinho, que, de início, também era favorável a uma outra solução, precisou negociar alguns pontos com as Forças Armadas. A portaria afirma que a faixa de fronteira dentro da reserva é de exercício pleno de soberania nacional. Foram assegurados também a construção de mais cinco postos militares de fronteira, de acordo com a proposta inicial do Projeto Calha Norte.

## Índios podem contribuir com desenvolvimento

BRASÍLIA - O conhecimento dos povos indígenas da Amazônia sobre as plantas, os animais e a biodiversidade da floresta pode ser fundamental para uma proposta de desenvolvimento sustentado da região da Bacia Amazônica. Esta e outras sugestões fazem parte de um documento, ainda sigiloso, que reúne informações sobre os seis países da Bacia Amazônica.

O trabalho será enviado à Conferência Mundial sobre Meio Ambiente da ONU (ECO-92), com uma proposta para o desenvolvimento da região. Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela abrigam o rio mais caudaloso da terra que joga no Oceano Atlântico cerca de 220 mil metros cúbicos de água por segundo.

Não há ainda números exatos sobre a extensão da Bacia Amazônica, mas calcula-se em 7,3 milhões de hectares a parte declarada dos seis países. Ainda em sua versão preliminar, o documento vem sendo discutido desde julho por representantes dos países amazônicos e ainda uma equipe de técnicos do Tratado de Cooperação Amazônica, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

De acordo com o documento, destruiu-se 800 mil quilômetros de florestas que foram transformados em pastagens, transferiu-se colonos para a região e o resultado foram muitos projetos abandonados, por falta de uma ação em conjunto com os índios, profundos conhecedores da região e de suas potencialidades.

No capítulo sobre a biodiversidade, por exemplo, o trabalho relaciona a existência de mais de 2 mil espécies de plantas já identificadas como úteis, a maioria conhecida pelos povos indígenas por suas qualidades curativas, alimentar ou na produção de azeite e ceras.



Collor é cumprimentado pelo índio Terena durante a solenidade

TELEFOTOS AB

BRASÍLIA - O presidente Fernando Collor anunciou ontem, em solenidade nos jardins do Palácio da Alvorada, o reconhecimento das terras ianomami com uma área de 9.419.108 hectares na Amazônia, nela incluída a faixa de fronteira com a Venezuela, de exercício pleno da soberania nacional. Collor ressaltou que a decisão se apoiava em "sólido consenso no âmbito do executivo", mas a irritação do ministro do Exército, general Carlos Tinoco, que não aplaudiu o anúncio do ato presidencial e depois negou-se a fazer comentários, demonstrava que os militares ainda não concordam com a inclusão da faixa de fronteira nas terras ianomami.

O êxito das negociações entre os vários setores do governo para demarcar os 9,4 milhões de hectares previstos no projeto original da Fundação Nacional do Índio (Funai) foi atribuído ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, tanto pelo presidente Collor, como pelo presidente da Funai, Sidney Possuelo.

"É o compromisso efetivo do presidente Collor", disse, muito emocionado, o presidente da Funai, que não quis definir a demarcação como uma vitória, "porque não há perdedores".

Os militares, com a ajuda do ministro da Educação, José Goldemberg, defendiam a redução da área ianomami em 2 milhões de hectares, alegando que seria necessário preservar a faixa de fronteira com a Venezuela, por questão de segurança nacional.

Para demonstrar que essas divergências foram sanadas, o presidente Collor, por mais de uma vez em seu pronunciamento, referiu-se ao assunto: "Com a de-

cisão de hoje, a soberania continua intacta e saiu reforçada, pois estamos colocando em prática o Artigo 20 da Constituição, que inclui, entre os bens da União, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios". O ministro Passarinho também se encarregou de dizer que essas preocupações foram neutralizadas.

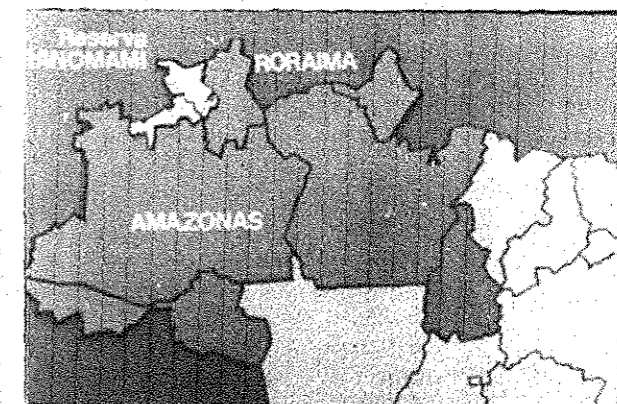
Só o general Tinoco, de feição aborrecida durante toda solenidade, não estava satisfeito. "Não tenho nenhuma declaração a fazer", disse quando abordado pelos repórteres.

## Custo da demarcação é de Cr\$ 3 bilhões

Com a portaria do ministro Passarinho reconhecendo a área dos ianomami, a Funai poderá iniciar o processo de demarcação, que, nas estimativas otimistas de Sidney Possuelo, se tudo correr bem, poderá ser concluído em seis meses. O prazo estabelecido pela Constituição para o governo demarcar as terras indígenas termina em outubro de 1993. "O custo da demarcação e da retirada dos garimpeiros, pouco mais de 70 em toda área, será de Cr\$ 3 bilhões", informou Possuelo.

Na solenidade de ontem, o presidente Collor divulgou também um plano de desenvolvimento da Amazônia, que defende o desenvolvimento sustentável da região, com rigorosa observância para o binômio preservação ambiental/crescimento auto-sustentado.

Ele sancionou ainda o projeto de lei que cria a zona de livre comércio nos municípios de Pacarema e Bomfim, em Rondônia.



□ A reserva dos índios ianomamis tem 9,4 milhões de hectares